

# SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO EM UM CONTEXTO DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: SANTO EDUARDO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

*Feeling of belonging in a context of  
socio-environmental disasters: Santo Eduardo,  
Campos dos Goytacazes, RJ*

**Angelina Maria da Silva Pessanha\***  
Graduanda em Serviço Social  
Universidade Federal Fluminense

**Adriana Soares Dutra\*\***  
Universidade Federal Fluminense

## Resumo

O artigo propõe uma análise sobre a influência do sentimento de pertencimento ao lugar dos moradores de Santo Eduardo, 13º distrito de Campos dos Goytacazes, localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, em um contexto de desastres socioambientais. Como método, utilizaram-se os relatos dos moradores oriundos de entrevistas semiestruturadas realizadas no domínio do projeto “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ: existência e resistência frente à ausência de direitos”. A categoria “Lugar”, advinda da geografia humanística, e da produção de autores da relativa área em consonância com estudos referentes ao sentimento de pertencimento possibilitou oferecer sustentação teórica na análise dos conteúdos das entrevistas. Constatou-se que esse vínculo é um elemento importante na permanência dos moradores no distrito, mesmo no contexto de desastres ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sentimento de pertencimento; Desastres socioambientais; Lugar; Vínculo; Santo Eduardo.

## Abstract

The article aims to analyze the influence of the feeling of belonging to the place of the residents of Santo Eduardo, 13th district of Campos dos Goytacazes, located in the interior of the state of Rio de Janeiro, in a context of socio-environmental disasters. As a method, residents' reports from semi-structured interviews carried out in the domain of the project “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ: existência e resistência frente à ausência de direitos” were used. The category “Place”, arising from humanistic geography, and the production of authors from the related area in line with studies related to the feeling of belonging, provided theoretical support in the analysis of the contents of the interviews. It was found that this bond is an important element in the permanence of residents in the district, even in the context of environmental disasters.

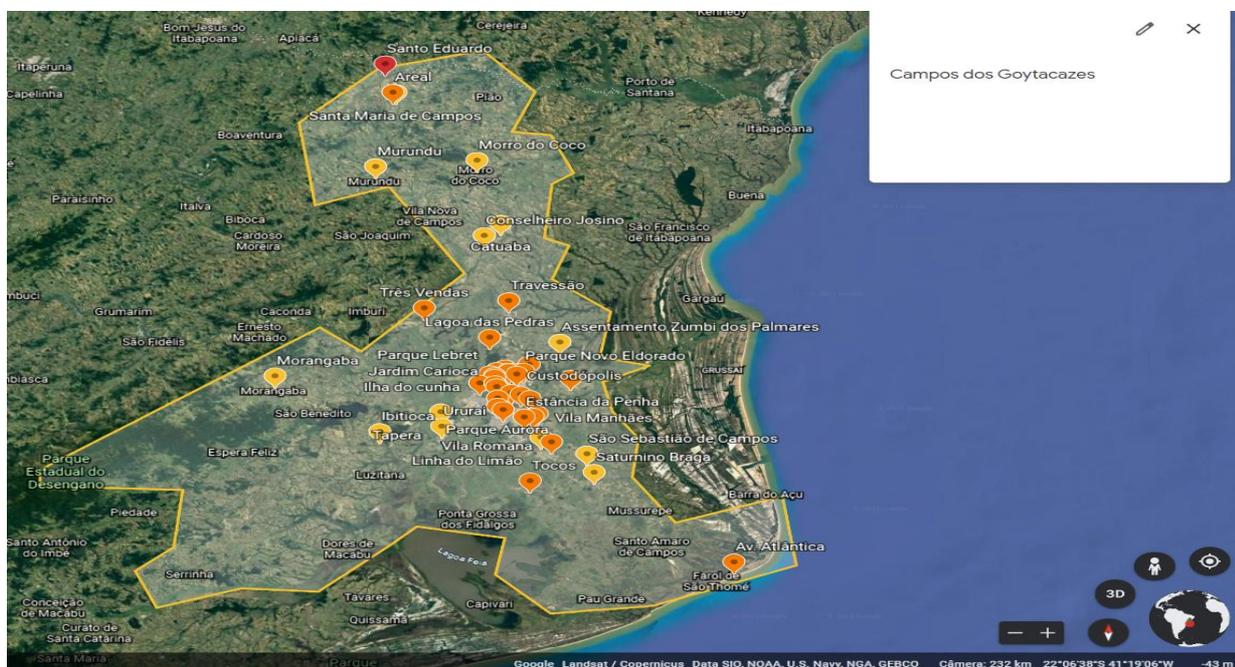
**KEYWORDS:** Feeling of belonging; Socio-environmental disasters; Place; Bond; Santo Eduardo.

## Introdução

No âmbito do projeto “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ: existência e resistência frente à ausência de direitos”, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em execução entre 2020 e 2022, vinculado a uma pesquisa maior intitulada “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), ambos

inseridos no Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense (NESA/UFF), definiu-se o local para realizar um estudo de caso sobre as mobilizações sociais e o enfrentamento de desastres ambientais na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Essa definição foi realizada a partir do levantamento de dados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) do governo federal, complementados com dados da Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro (Sedec-RJ), no período entre 2003 e 2018<sup>1</sup>, tendo como princípio a localidade que apresentasse o maior número de registros de desastres nesse ínterim, conforme apresentado no Mapa I. Diante disso, com três notificações<sup>2</sup>, a comunidade escolhida foi Santo Eduardo, 13º distrito de Campos dos Goytacazes, situada no interior do estado do Rio de Janeiro.

Mapa I - Mapa de desastres ambientais ocorridos em Campos dos Goytacazes-RJ 2003- 2018



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal Fluminense-NESA/UFF

A partir disso, foram realizadas entrevistas em profundidade com moradores da localidade. Devido ao contexto pandêmico, 13 dessas entrevistas foram executadas por meio da plataforma *Google Meet* ou por ligações telefônicas, e as 7 restantes foram realizadas presencialmente em um momento mais ameno da pandemia, totalizando, assim, 20 entrevistas semiestruturadas. A escolha dessa modalidade foi devida à possibilidade de guiar as respostas dos entrevistados sem retirar sua liberdade de expressão.

<sup>1</sup> Posteriormente, o período da pesquisa foi ampliado até o ano de 2020. No entanto, o S2ID contém informações somente até o ano de 2016 sobre a região Sudeste, o que gerou a necessidade da complementação dos dados por outros meios. Sendo assim, em contato com a Secretaria Estadual de Defesa Civil, conseguimos dados complementares referentes aos anos de 2017 a 09 de novembro de 2020.

<sup>2</sup> O número de registros encontrados inicialmente se ampliou a partir do contato com os moradores locais que relataram outros episódios de desastres além daqueles registrados oficialmente.

Com isso, o roteiro da entrevista foi elaborado por toda a equipe do NESA e composto por perguntas que incitavam respostas aprofundadas sobre a vivência desses sujeitos no contexto de desastres socioambientais no primeiro momento, e no segundo momento foram realizadas perguntas fechadas com o intuito de traçar o perfil dessa população.

Nesse sentido, os entrevistados se aprofundaram em suas histórias e foram muito além do que foi perguntado, o que ocasionou a elucidação de categorias para além das que esperávamos. Sendo assim, essas entrevistas foram fundamentais para a construção do presente trabalho, ao explicitar o sentimento de pertencimento dos moradores, que será elucidado neste trabalho por meio de nomes fictícios.

Cabe destacar que as entrevistas iniciais ocorreram entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, e as posteriores, em abril de 2022. Esse período de pausa ocorreu em decorrência da necessidade de melhorias nas condições sanitárias do país para dar continuidade às entrevistas presencialmente e, assim, alcançar um público mais diverso. Na modalidade remota, as entrevistas foram realizadas com moradores que tinham acesso à internet e ao celular, o que não expressa a diversidade da população local.

Entre as questões observadas durante a realização das entrevistas e em visita ao campo, foi percebido o forte vínculo afetivo dos moradores por Santo Eduardo. Isso foi constatado por meio de suas falas, quando destacaram a importância do lugar e de suas festividades, bem como o retorno constante de antigos moradores ao distrito, além do companheirismo entre os habitantes e sua relevância no enfrentamento dos desastres.

Dessa forma, a constatação do sentimento de pertencimento ao lugar despertou o interesse pelo estudo do tema e a necessidade de seu aprofundamento. Nesse sentido, identificou-se na categoria “Lugar”, oriunda da geografia humanística, subsídio para a elaboração desse estudo que visa analisar o sentimento de pertencimento presente nos moradores de Santo Eduardo em um contexto de desastres ambientais.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica seguida da análise de conteúdo das entrevistas. A princípio, abordou-se o conceito de “lugar”, fazendo uso dos estudos de Tuan (1980;1983), Holzer (1999), Ferreira (2000) e Moreira e Hespanhol (2007). No segundo momento, estabeleceu-se uma interlocução entre essa categoria e o sentimento de pertencimento ao lugar, em consonância com as análises das entrevistas, tendo por embasamento autoras como Valencio (2009), Vargas (2013), Azeredo (2015) e Barboza (2019).

### **Lugar: vivência e vínculos**

Partindo do princípio de que o sentimento de pertencimento dá origem à categoria “lugar”, entendido como uma construção social, faz-se necessário apresentar uma análise dessa categoria.

De acordo com tal perspectiva, o lugar é entendido como o espaço da vivência, onde se elaboram experiências particulares, além de dinâmicas sociais entre os indivíduos e com o próprio

ambiente. A partir dessa relação, são estabelecidos vínculos que fazem com que este local tenha um significado único para cada pessoa, construindo-se, assim, uma relação de afeto. Nesse sentido, Moreira e Hespanhol (2007, p. 57) afirmam que: “[...] a compreensão do lugar, enquanto um espaço vivido, construído nas relações sociais, abarca o cotidiano, a cooperação e as relações de conflito entre os indivíduos e o mundo”.

Vale destacar que o aprofundamento do estudo sobre a categoria “lugar” ocorreu a partir da década de 1970, como aponta Ferreira (2000), no momento em que há uma aproximação com a fenomenologia e com o existencialismo. Ferreira afirma que a aproximação à Fenomenologia se deu a princípio pelo autor Relph, no seu livro intitulado *Place and placelessness* (1980), no qual se assegura que “[...] o lugar deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que temos do ambiente em que vivemos” (FERREIRA, 2000, p. 66). Sendo assim, levando-se em conta que é a partir da interferência humana que o local se torna um lugar, não é possível um estudo sem essa consideração. Ademais, é importante destacar que essa categoria só ganhou relevância a partir de 1980.

Nesse contexto, outro autor humanista apresentado por Holzer (1999) foi Eric Dardel, o qual expõe que há “a relação do homem com a Terra [...] como modo de sua existência e de seu destino” (DARDEL apud HOLZER, 1999, p. 68). Assim, o que caracteriza o lugar como tal são as pessoas. Tuan (1983, p. 151) esclarece isso quando expõe que “o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado”. São as experiências que constituem o lugar enquanto tal. Em consonância com Moreira; Hespanhol (2007, p. 51), “o lugar [...] só adquire uma identidade e significado através das intenções humanas atribuídas a ele”. Para Holzer (1999, p. 71), o lugar é entendido pela geografia humanística como: “[...] um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um – a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal (intersubjetiva) de espaço – como estruturação mítico-conceitual”.

O conceito de lugar na Geografia humanista tem papel central, pois é a partir dessa categoria que se pode estabelecer a relação entre experiências e vivências do espaço (FERREIRA, 2000). Dessa maneira, para cada pessoa, o lugar vai se constituir de modo diversificado - a depender da sua visão de mundo e do seu modo de se relacionar como ser social -, estabelecendo diferentes vínculos. Tais vínculos podem ser elaborados em relação a pontos físicos - por exemplo, os pontos turísticos, residência – ou a pessoas que moram no local. Para Tuan (1983, p. 165), “o lugar existe em escalas diferentes. Em um extremo, uma poltrona preferida é um lugar; em outro extremo, toda a terra.”

Tuan, em seu estudo de 1980, expôs o conceito de “Topofilia”, compreendida enquanto o amor que os seres humanos sentem pelo lugar. Essa categoria nos ajuda na compreensão do apego que os indivíduos estabelecem com as localidades, pois como colocado por Azeredo (2015, p. 31) “[...] os lugares, assim como as pessoas, provocam afetos”.

Azeredo (2015) está entre as poucas autoras encontradas<sup>3</sup>, no âmbito do Serviço Social, que utiliza a categoria “lugar”, ao se aprofundar no estudo do território e reconhecer sua importância também para o contexto social do cotidiano da vida dos usuários, visto que, como mencionado, o que atribui ao lugar essa classificação é a presença dos indivíduos que nele vivem. A autora faz uma relação dessa categoria com a construção identitária do sujeito, ao elencar que “[...] só é possível construir a identidade territorial na interação do indivíduo com o lugar”. Nesse sentido, o território ao qual o indivíduo pertence faz parte de sua constituição. Essa relação estabelecida com o local irá inferir na decisão de suas escolhas, guiando, com isso, o percurso de sua vida e, por conseguinte, de sua construção social como ser social.

A partir dessa constatação, é possível visualizar a relevância da categoria no contexto do Serviço Social, pois interfere diretamente na vida dos usuários que são atendidos pelo conjunto profissional. Além disso, as políticas sociais, campos centrais de atuação dos assistentes sociais, dependem do estudo do território para se adequar às reais necessidades daquela população, criando as políticas mais efetivas para eles, principalmente em contexto de desastres socioambientais, onde o território é dominante. Sendo assim, aprofundar-se no estudo da categoria “lugar” para entender a relação identitária e constitutiva que o território exerce na vida desses usuários é de suma importância.

### **Sentimento de pertencimento: estudo de caso em Santo Eduardo**

Os desastres ambientais são fenômenos sociais, nos quais há uma relação entre os eventos naturais e as condições objetivas dos lugares. Nesse sentido, o que caracteriza um desastre é o impacto que ele vai causar em determinado local e, conseqüentemente, na vida de determinadas pessoas. Diante disso, consideramos errônea a denominação “desastres naturais”, pois esses seriam naturais se ocorressem somente devido aos agentes naturais. Além disso, tal classificação retira a responsabilidade das ações do homem, que na realidade é o principal responsável pelo desastre (QUARANTELLI, 2015). Sendo assim, Quarantelli (2015, p. 42) elenca que “[...] Um desastre está enraizado nas deficiências de um sistema social manifestadas em função da dinâmica desse sistema”. Em outras palavras, o que leva ao desastre são as condições de um local pré-existentes aos fenômenos naturais.

O estudo realizado por Vargas (2013, p. 40-41), em Teresópolis - RJ, constata que, mesmo diante do discurso do “risco” imposto pelas autoridades sobre determinadas áreas, muitos sujeitos não expressam o desejo de se deslocar daquela localidade. Enquanto agentes públicos visualizam aquele local como facilmente substituível, passível de indenização, a população o enxerga a partir dos vínculos que foram construídos antes do impacto do desastre e, portanto, permeado pelo apego

---

<sup>3</sup> Dora Vargas também utilizou essa categoria em seu trabalho “Da ‘chuva atípica’ à falta de todo mundo: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ” (2013), referenciado na presente produção. Ademais, foi realizada uma pesquisa na plataforma de busca *Google Acadêmico* sobre outras referências, no entanto não foram encontradas.

e permanência, assim como pelo desejo de ficar. Diante disso, ela expõe que o desastre se mostra como “[...] a dissolução desse Lugar” (VARGAS, 2013, p. 41). Tal “vínculo” ao qual a autora se refere seria o sentimento de pertencimento ao lugar.

Este sentimento é entendido como algo ao mesmo tempo coletivo e particular, pois, enquanto se constitui por meio de relações sociais, expressa-se em cada indivíduo de forma singular. Diferentes pessoas podem se relacionar com o mesmo local e criar vínculos; no entanto, cada um vai expressá-los de forma mais ou menos intensa e por partes específicas do ambiente. Enquanto uma pessoa pode, por exemplo, desenvolver o sentimento de pertencimento por sua casa, bairro ou cidade, outra pode desenvolvê-lo por um grupo de amigos.

A admiração e vinculação com lugares específicos, como pontos turísticos, também pode acarretar esse sentimento. Sendo assim, tais relações podem ser com pessoas, objetos ou pontos específicos de uma localidade. Diante disso, Moreira; Hespanhol (2007, p. 51) afirmam que “o lugar se estrutura na relação do ‘eu’ com o ‘outro’, o palco da nossa história, em que se encontram as coisas, os outros e a nós mesmos”.

Seria uma espécie de vínculo estabelecido entre uma pessoa e algo com o qual ela tenha um profundo apego e reconhecimento. Em outras palavras, há a identificação desse “outro” como parte integrante e insubstituível de si mesmo, pois, como destaca Azeredo (2015, p. 27), “pertencer a um território é, acima de tudo, querer e sentir-se reconhecido nele”.

Como mencionado anteriormente, essa temática também expõe o debate sobre a dificuldade de compreensão das autoridades perante o desejo de permanência expresso, de forma mais ou menos explícita, pelos afetados por desastres. A incompreensão em relação ao vínculo criado antes do impacto do desastre, e por alguns até mesmo nesse período, mantém-se presente e, muitas vezes, funciona como elemento de resistência da população afetada aos movimentos frequentemente realizados pelos agentes públicos de estímulo à saída das pessoas dos locais considerados como “áreas de risco”.

Assim sendo, apesar dos danos em todas as dimensões da vida causados pelos desastres, os residentes constroem estratégias de resistência. Dentre elas, as mais utilizadas são a construção de moradias mais altas, denominados sobrados, ou a mudança de residência ainda dentro do distrito, indo para as áreas mais elevadas da região. Uma entrevistada expõe: “Então, a casa que eu morava quando era mais nova entrava água, aonde eu moro hoje não entra porque a casa foi feita sapata e a casa foi feita no alto, aí vem água embaixo, mas mesmo assim até hoje não encheu tanto que deu pra entrar. Mas na casa que eu morava antes entrava” (SOUZA, 2020).

Essa dinâmica nos remete a outra pontuação elencada por Vargas (2013). A partir de seu estudo sobre o trabalho de Scott (2002), ela expressa que tais medidas podem ser consideradas como uma forma de resistência cotidiana em que se reafirma o sentido de lugar. Esses indivíduos constroem estratégias para não saírem do seu “lugar”, expondo o quanto esse espaço é importante para eles.

Quando o Estado desterritorializa famílias das classificadas “áreas de risco”, não leva em consideração o fator imaterial, ou seja, os laços afetivos, culturais e de memória que existem, independentemente dos desastres e dos riscos objetivos que perpassam o lugar. As autoridades classificam o território de modo completamente objetivo, como local de moradia, classificação essa esvaziada de afetos, de histórias e do sentimento de pertencimento da população em relação a ele, não visualizando os demais elementos subjetivos que constituem o lugar para os sujeitos.

Tendo isso em vista, Valencio (2009, p. 35) evidencia que “[...] O deslocamento involuntário dos moradores da área de risco dá-se na desconsideração dos vínculos desses com sua moradia, relações e hábitos espacializados, isto é, desacoplando bruscamente as pessoas de suas coisas e de seu meio”. A autora também faz uma análise sobre a substituição da denominação de “área carente” para “área de risco”. Apresenta que tal estratégia é utilizada visando “[...] garantir a legitimidade do Estado no desfazimento do lugar, eliminando-se da paisagem urbana a vizinhança indesejada” (2009, p.35). Em outras palavras, o Estado se apropria do desastre para validar a retirada da população.

Torna-se importante acrescentar que, por trás do discurso do risco e da urgência de saída das pessoas, sem que outras alternativas sejam apresentadas, muitas vezes está o interesse de setores econômicos por essas localidades, conforme sinalizado por Barboza (2019). Dessa forma, é comum que, com o passar do tempo, vários desses locais sejam ocupados por empreendimentos atraentes para o mercado, como condomínios de luxo, *shoppings centers* etc. Essas novas construções, realizadas no mesmo local ou em suas proximidades, passam a utilizar até mesmo os elementos anteriormente considerados perigosos como atrativos, como a proximidade com um rio. O que para os moradores é colocado como sinônimo de risco em decorrência de inundações aparece como estratégia de marketing, elemento embelezador da paisagem para atrair consumidores. Sendo assim, coloca-se em debate a origem desse risco e a quem realmente irá afetar.

Barboza (2019), em seu estudo também em Campos dos Goytacazes, mais especificamente no bairro de Ururáí, elenca a construção de um novo loteamento, o “Barra de Ururai”, sendo construído ao lado do local classificado como “área de risco”, de onde os moradores foram desterritorializados, segundo as autoridades, por questão de segurança. No entanto, estão utilizando a proximidade com o rio - que para os moradores era transmitido como um intensificador do risco - para divulgar a área com o discurso de ser uma “área verde”.

Nesse sentido, pode-se ver o jogo de interesse que se materializa em torno da terra. O discurso do risco torna-se uma justificativa para “construir” uma “nova” localidade visando aos interesses do setor imobiliário. Sendo assim, a autora coloca que “o discurso do risco se materializa e desterritorializa em nome do ‘bem-estar da população’ e das novas formas de reordenamento territorial” (BARBOZA, 2019, p. 16).

No caso de Santo Eduardo, embora os riscos não tenham sido apresentados no relato dos moradores, a convivência com os desastres está presente e foi intensamente relatada. Apesar disso, não foi observado entre os entrevistados o desejo de deixar o local.

Durante uma das primeiras entrevistas, quando questionada sobre a possibilidade de mudança mediante o contexto de desastre, a participante responde de forma desorientada, um pouco confusa com a pergunta, como se não fizesse sentido. Isso ocorreu porque a permanência nesse lugar por tanto tempo fez com que ela se acostumassem com a rotina e comodidade da comunidade, acreditando nessa realidade como algo permanente. Ademais, o apego que ela sente pelo distrito insere a possibilidade de mudança em um plano distante, quase impensável. A identificação com a localidade torna-a parte de sua identidade e está intrínseco à sua existência, como se observa no seguinte trecho: “[...] é um caso a se pensar, mas a gente como tá nessa casa, fui criada aqui, nasci aqui, vovó também a vida inteira quase morou aqui, eu acho que ela nunca chegou a pensar nisso, entendeu, eu também não, tenho um pouco de apego ao lugar (risos).” (MACHADO, 2020).

É nesse sentido que Moreira; Hespanhol (2007, p. 52) elencam que “o lugar seria o centro de valores indispensáveis para a nossa identidade”. Nessa trilha, constata-se a criação da identidade desse indivíduo a partir de sua relação com o território. Sabe-se que tal elemento é de essencial importância na vida dos sujeitos, pois interfere diretamente na forma como eles se compreendem e se expressam no mundo. É a partir do lugar que ele vai estabelecer e guiar suas relações interpessoais na sociedade, visando sempre à procura de indivíduos que se assemelham com sua visão de mundo, constituindo, assim, uma rede de amizade e apoio. Logo, observa-se que a saída de Santo Eduardo poderia significar para essas pessoas uma ruptura das relações estabelecidas cotidianamente na região, afetando significativamente suas identidades.

Ademais, vale pontuar que a relação temporal não se põe como essencial nessa concepção. Tal vinculação não depende do tempo para ser elaborada; sendo assim, uma pessoa pode levar anos em um local, e não sentir nada, enquanto outro pode adquirir um forte apego em pouco tempo. Concorre para este fato a diversidade de aspectos que conformam as subjetividades, fazendo com que cada sujeito se conecte de forma diversa diante dos elementos que constituem aquele determinado lugar. Nesses casos, torna-se clara a desobrigação do tempo na criação desse vínculo, conforme o seguinte trecho de um dos relatos: “[...] inclusive uma tia comprou uma casa aqui recente, que ela pretende voltar a morar aqui” (CARVALHO, 2020). Na mesma lógica, outro morador expõe que: “[...] não nasci aqui, mas considero a minha cidade.” (SILVA, 2020).

Como destacado, isso ocorre de forma espontânea, e como apontado pelos autores, torna-se indispensável para os habitantes daquele lugar. Logo, toda a história de sua vida se constrói nesse contexto. Eles podem se mudar, passar anos distantes, mas seus vínculos e memórias sempre serão referentes a esse lugar. Não se trata de uma questão de aparência ou *status*, mas sim de afeto. Além disso, percebe-se, com os relatos acima, que o tempo nem sempre aparece como determinante na criação desse laço. Por outro lado, é possível afirmar que ele também não interfere na sua desvinculação.

Outra questão observada refere-se ao fortalecimento dos vínculos entre esses moradores. Além dos já existentes, observou-se que, durante a fase aguda do desastre, alguns vínculos são

estabelecidos, e outros, reforçados. Percebe-se que o desastre se impõe também como um momento importante na construção de laços entre os moradores, haja vista que nesses momentos eles se constituem como o único apoio possível, o que conduz ao estreitamento dos laços e à transformação do olhar perante o outro para uma forma mais amigável, deixando de ser apenas vizinhos que, em muitos casos, sequer se conheciam.

Tal relação nos coloca frente a um paradigma dicotômico no contexto dos desastres, pois, em um momento de desespero e sofrimento, quando, em tempos de neoliberalismo, o sentimento individualista se manifesta de forma alarmante, manifesta-se também o sentimento de companheirismo e compaixão entre os moradores, o que se impõe como um fator fundamental na construção desse apego ao lugar, tendo em vista que isso transmite maior segurança, pois sabem que não estarão sozinhos.

Essa relação é demonstrada na fala de uma das entrevistadas, ao afirmar que: “[...] As pessoas ajudam uma à outra se pedir ajuda pra levantar as coisas né...: ah, vamo ali em casa me ajudar a levantar, aí vai, [...]” (SOUZA, 2020). Ademais, outro entrevistado elencou que sempre abriga pessoas na laje de sua casa quando chove. Esses comportamentos expressam a segurança proporcionada por essa rede de apoio. É importante destacar também o fator econômico, pois muitas pessoas não têm a possibilidade de construir esse “abrigo”, tornando o suporte oferecido por vizinhos essencial para a proteção dos afetados.

Tal mobilização comunitária esteve presente na fala da maioria dos entrevistados, os quais destacaram a interlocução presente nas fases agudas dos desastres. Moradores de regiões próximas auxiliam, inclusive, levando informações sobre o enchimento do rio para que, então, eles possam se prevenir. Diante disso, sabe-se que, quando se opta pela mudança de localidade, também se escolhe a incerteza. No momento da mudança, todo o cenário à sua volta se modifica, especialmente no que tange às relações sociais estabelecidas. Portanto, não se tem garantia dessa ajuda, que não é ofertada apenas na fase aguda do desastre, mas também nas diversas situações do cotidiano.

Os vínculos estabelecidos entre os moradores têm papel central mediante a pobreza e ausência de ações do Estado nesse cenário. Tais aspectos se relacionam diretamente aos impactos sofridos por esses moradores, já que o não acesso à moradia em locais “seguros” contribui para que as pessoas se instalem em pontos precarizados, às margens de rios, valões, em morros, dentre outros, bem como para a ausência de condições para construir casas estruturadas a fim de amenizar os riscos ambientais. É notório que aqueles que apresentam melhores condições financeiras serão menos impactados, pois suas casas são mais estruturadas e construídas em terrenos adequados, além de possuírem melhores condições para uma reestruturação, recuperando-se, assim, mais rapidamente do impacto sofrido. Como exemplo disso, uma entrevistada expõe: “[...] mas em 2005 foi a pior enchente, tem até marca aqui porque a gente não conseguiu pintar a casa assim toda, aos poucos, aí até no meu quarto tem a marca até onde a água foi [...]” (COSTA, 2021). Isso

também vai influenciar nas emoções dos moradores à medida que acionam o sentimento de ansiedade perante a memória e a incerteza de repetição desse evento. No entanto, muitos moradores mais bem-sucedidos não medem esforços para auxiliar na reparação e reconstrução das casas dos mais vulneráveis, o que reforça ainda mais o vínculo de comunidade entre eles.

Mediante isso, temos mais uma vez a repercussão da questão social como uma das raízes dos desastres ambientais. Tal como foi explicitado, os desastres ocorrem diante do cenário social que é construído antes da interferência dos fenômenos naturais. Sabe-se que locais com insuficiência de ações socioassistenciais estarão mais vulneráveis nessa condição. Assim, o Estado se mostra ineficiente em três momentos: primeiro, ao não proporcionar condições habitacionais para esses sujeitos; em um segundo momento, ao querer tratá-los como objetos, quando é necessário realizar sua mudança; e, nesse momento, falham pela terceira vez, ao colocarem-nos em locais que têm apenas o mínimo para habitar, não considerando as condições de socialização dessas pessoas.

Nesse sentido, o Estado, como esfera da proteção social, mostra-se ineficaz, o que intensifica ainda mais a busca dessa proteção por meio da esfera de comunidade, a qual vai buscar suprir as ineficiências do Estado. Logo, o vínculo com a vizinhança mais uma vez se reforça e se coloca como um ponto importante nos momentos de decisões. Por isso, o ambiente materializa a ineficácia e a desresponsabilização do Estado, recaindo sobre a população a tarefa de prover e promover sua própria sobrevivência, ainda que em condições mínimas, diante das consequências de fenômenos que poderiam ser evitados se a União, por meio de seus órgãos competentes, realizasse ações adequadas para além do minimamente aplicável. Tal lógica demonstra uma dualidade, em que ao mesmo tempo que o lugar se concebe como um local de criação de vínculos e pertencimento para moradores, é estabelecido também como um cenário de explicitação do descaso do Estado perante a população.

Logo, se o Estado cumprisse seu papel de garantidor de direitos dessa população os indivíduos poderiam relacionar-se espontaneamente na construção dos vínculos, sem que situações de desespero e desalento funcionassem como seus principais motivadores. Então, por mais que essa rede de afeto seja agradável e importante, ela tem como referência um momento de sofrimento para essas pessoas, o que inevitavelmente sempre as faz reviverem o acontecimento.

Como bem destacado por Helter (1999, p. 70), de acordo com Tuan (1979, p. 387) “[...] O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado”. Sendo assim, a tentativa de racionalizar esse sentimento – atitude comum entre as autoridades, questionando os atingidos sobre as razões pelas quais não querem se mudar, mesmo passando por intensas situações de perdas – só aumenta o sofrimento desses sujeitos, muitas das vezes expresso por meio de crise de pânico, ansiedade e angústia, assim como por bronquite, alergia e doenças oriundas da umidade das paredes de suas casas – e que, como já mencionado, enxergam esses lugares para além de um local de moradia.

Reconhecer as reais motivações dos moradores é o primeiro passo para a criação e aplicação de medidas que vão ao encontro tanto da sua proteção quanto de seus sentimentos. Um diálogo horizontal entre os agentes e os habitantes das consideradas “áreas de risco” seria um avanço determinante nesse sentido, ao possibilitar a colocação das reais intenções de permanência e permitir às autoridades sua compreensão.

## **Considerações finais**

Diante da análise apresentada, nossa pesquisa em Santo Eduardo constatou que o sentimento de pertencimento se mostra como um aspecto importante na permanência dos moradores no distrito, mesmo passando por constantes situações de desastres socioambientais. Os vínculos construídos, os afetos trocados e as histórias edificadas foram fatores observados durante este estudo que enfatiza a importância do lugar para a população de Santo Eduardo.

São histórias que se constroem e reconstroem-se no cotidiano, são memórias que se elaboram dentro da comunidade, são dificuldades partilhadas. Logo, trata-se da elaboração de um sentimento de pertencimento que estrutura a permanência desses sujeitos na referida localidade. Tendo isso em vista, é de extrema relevância um olhar mais atento das autoridades responsáveis para esse local, implementando as medidas necessárias em sua reestruturação e manutenção para proporcionar um ambiente com as condições adequadas de vivência e convivência nessa localidade.

Vale ressaltar o quanto estudos sobre a relação entre o sentimento de pertencimento ao lugar e desastres ambientais se dispõem como fundamentais para os profissionais que atuam na gestão dos desastres, proporcionando visão mais ampliada dos fatores que levam os afetados a não quererem se retirar de suas casas. Como já mencionado, o lugar não seria apenas um pedaço de terra para se morar, mas sim um conjunto de elementos complexos que constituem a identidade das pessoas, suas idiossincrasias e seu lugar no mundo. O lugar é, portanto, onde elas se constroem como seres sociais e desenvolvem suas histórias, memórias, culturas e afetos, sendo parte integrante do seu próprio ser.

## Referências

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **1 Custodópolis: usos e práticas sócio-espaciais**. In. AZEREDO, Verônica Gonçalves. Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2015. p. 21-51.

BARBOZA, Florence Marcolino. Risco para quem? A instrumentalização do risco contra o direito à cidade. In: Enanpur, 18, 27 a 31 de maio de 2019. Anais...Natal, 2019. p. 1-25. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1206>. Acesso em 13 de maio de 2022.

CARVALHO, Juliana. Entrevista concedida a Adriana Soares Dutra e graduandas do curso de serviço social em 2020.

CORTES, Thaís Lopes. O passado no presente: contributos para a análise da complexidade do “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, Heloísa. Entrevista concedida a Adriana Soares Dutra e graduandas do curso de serviço social em 2021.

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 65-83, jul./dez., 2000.

HOLZER, Werther. **O lugar na Geografia humanista**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

MACHADO, Marize. Entrevista concedida a Adriana Soares Dutra e graduandas do curso de serviço social em 2020.

MARTINS, Joana. Entrevista concedida a Adriana Soares Dutra e graduandas do curso de serviço social em 2021.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O lugar como uma construção social**. REVISTA FORMAÇÃO, nº 14 volume 2, 2007 – p. 48-60.

SILVA, Elias. Entrevista concedida a Adriana Soares Dutra e graduandas do curso de serviço social em 2020.

SOUZA, Carmen. Entrevista concedida a Adriana Soares Dutra e graduandas do curso de serviço social em 2020.

TUAN, Yi-Fu. 10 Experiências íntimas com Lugar. In. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. p. 151-164.

TUAN, Yi-Fu. 11 Afeição pela Pátria. In. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. p. 165-178.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VALENCIO, Norma. **Da “área de risco” ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária**. In. VALENCIO et al (orgs). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 34-45.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. **Da “chuva atípica” à falta de todo mundo: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ.** 2013. Tese de Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

## NOTAS

### \* **Angelina Maria da Silva Pessanha**

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: [angelinamariapessanha@id.uff.br](mailto:angelinamariapessanha@id.uff.br)

<https://orcid.org/0000-0003-1641-9140>

### \*\* **Adriana Soares Dutra**

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense; Professora do PPG em Política Social e do Curso de Mestrado em Defesa e Segurança Civil (UFF/Niterói). Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). Autora do livro *Gestão de Desastres e Serviço Social: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil e de artigos sobre a temática dos desastres e o exercício profissional de assistentes sociais neste campo.*

E-mail: [adrianadutra@id.uff.br](mailto:adrianadutra@id.uff.br)

<https://orcid.org/0000-0002-4636-2504>

## CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

## HISTÓRICO

Recebido em: 06-09-2022 – Aprovado em: 01-11-2022 – Publicado em: 29-12-2022